

Dr. Maurício Tolmasquim
Presidente, Empresa de Pesquisa Energética
Ministério de Minas e Energia
Brasília, DF

Ilmo. Sr. Maurício Tolmasquim

Em primeiro lugar, gostaríamos de parabenizá-lo por vossa indicação como Presidente da nova Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que entendemos ter um papel central na determinação do futuro energético do nosso país.

Nesta oportunidade, no seguimento do diálogo entre setores do Governo e o Grupo de Trabalho de Energia do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (GT Energia do FBOMS), gostaríamos de destacar alguns aspectos do processo de planejamento energético que acreditamos ser chaves na condução do futuro plano energético do Brasil. Também, tomamos esta oportunidade para solicitar informações relevantes que consideramos importantes que sejam disponibilizadas à sociedade.

- Transparência:

O Dr. Amílcar Guerreiro, Secretário de Energia do MME, apontou numa apresentação vários aspectos da atuação da EPE que ele considerou importantes, entre eles a utilização de critérios, a adoção de metodologia e informações de domínio público, a consistência em procedimentos de planejamento, e o debate público que possa permitir o questionamento técnico durante o processo de planejamento.

Acreditamos que a credibilidade da EPE vai depender no grau de transparência alcançado pela Empresa, e esperamos que a EPE vá tirar o planejamento energético dos gabinetes do ministério e das empresas do setor elétrico, abrindo a discussão para um amplo debate incluindo especialistas independentes e entidades da sociedade civil, inclusive dos movimentos ambientalistas e movimentos sociais.

Gostaríamos ouvir sobre vossos planos a respeito de transparência na EPE.

- Sustentabilidade ambiental e social:

O processo de planejamento energético começa com o planejamento de longo prazo. Os impactos sociais e ambientais que são consequência da implantação de projetos de geração de energia elétrica resultam de uma ótica ultrapassada de planejamento que se utilizava apenas do "potencial" de geração como fator único na priorização de projetos de expansão do parque gerador do país.

Gostaríamos de saber, neste cenário do Novo Modelo do Setor Elétrico, e de consolidação da EPE, que medidas serão tomadas para que as considerações ambientais e sociais sejam incorporadas de forma central na determinação de obras prioritárias para a expansão de geração no país? Estas medidas serão sujeitas à consultas públicas, inclusive com setores interessados como o movimento de populações atingidas por barragens? Os inventários de potencial de energia hidráulica atualmente sendo feitos e aqueles sendo re-formulados atualmente pelo MME e Eletrobrás incorporarão novos critérios para integrar considerações ambientais e sociais? Se disponibilizarão estes inventários para consulta pública?

- Aproveitamentos hidrelétricos na região amazônica:

Aproximadamente dois terços do potencial hidrelétrico do país se encontra na região amazônica. Qual seria a política da EPE para avaliação de novos aproveitamentos hidrelétricos nesta região? O GT Energia foi informado, numa reunião com o Ex-Presidente da Eletrobrás, Dr. Luis Pinguelli Rosa, que um comitê interministerial avaliaria a viabilidade de obras nesta região. A EPE vai conduzir esta iniciativa? A EPE pretende priorizar o aproveitamento integral dos rios Xingu, Madeira, Tapajós, e Trombetas, atualmente sendo avaliado em novos estudos de inventário e de viabilidade? A EPE pretende convocar a sociedade para discutir a política energética e suas implicações para a região amazônica?

- Aproveitamentos energéticos binacionais:

Há muita discussão sobre a integração energética, com projetos concretos sendo encaminhados para os rios Madeira/Mamoré (com Bolívia) e rio Uruguai (com Argentina). Qual seria o processo para envolver a sociedade brasileira e dos outros países neste debate? O processo de avaliação, licitação, e implantação destas usinas requereria leis especiais? A legislação ambiental brasileira aplicará a estes casos, ou há planos para novos procedimentos que visam estabelecer normas extraordinárias para facilitar a construção destas obras ou para consultar as sociedade nestes países?

- A transição do setor elétrico a fontes de energia com menos impactos e de maior eficiência energética

Hoje, o Brasil é um país dependente da energia hidráulica para a geração de eletricidade. Os projetos Proinfa, Procel, e outros mostram o grande potencial que Brasil tem para a geração de energia com fontes de energia mais limpas e com menos impactos sociais e ambientais, e também para evitar desperdício de energia.

A EPE pretende priorizar a transição para uma política energética sustentável? Quais seriam os planos para facilitar esta transição, tanto em termos de novas fontes de geração de energia elétrica e de maior eficiência energética?

Contando com continuidade do diálogo com a sociedade e a transparência de vossa gestão a frente da EPE, que consideramos fundamental para a necessária retomada do planejamento energético com sustentabilidade, manifestamos novamente nossos votos de êxito neste desafio.

Cordialmente,

Temístocles Marcelo Neto
Secretário Executivo do FBOMS

Lúcia Schild Ortiz
Coordenação do GT Energia do FBOMS

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
SCS, Quadra 08, Bloco B 50
Venâncio 2000 salas 133 e 135
Brasília – DF – 70333-900
Tel/Fax: (61) 30335535
E-mail: coordenação@fboms.org.br